Evolução da Organização Partidária do PT, PSDB e Progressistas nos estados da região Sudeste: o equilíbrio é a estabilidade do regime democrático?

Evolution of the Party Organisation of the PT, PSDB and Progressives in the states of the Southeast: is balance the stability of democratic rule?

Evolución de la organización partidaria del PT, PSDB y Progresistas en los estados del Sudeste: ¿es el equilibrio la estabilidad del régimen democrático?

RESUMO

O presente manuscrito teve como plano inicial a elaboração de um estudo sobre o desenvolvimento e organização dos partidos políticos PT (Partido dos Trabalhadores), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PP (Progressista) nos estados da região Sudeste. A estrutura e o processo de formação dos partidos políticos, nos espaços subnacionais, não são homogêneas e podem representar interesses difusos. A metodologia da pesquisa teve como fundamento análises quantitativas, qualitativas e mistas com sistematização de dados coletados do Tribunal Superior Eleitoral e os Regionais dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim, através de um aprofundamento teórico nas questões abordadas, procurou-se entender o funcionamento das organizações partidárias no país na esfera subnacional, especialmente daquelas que foram inicialmente citadas, levando em consideração a organização local dos diretórios partidários, bem como os grupos sociais que configuram seus dirigentes. Identificamos que o princípio basilar de um partido político não são seus objetivos, mas a sua atividade que realiza na arena eleitoral e as complexas estratégias gerenciadas pela liderança nacional.

Palavras-chave: partidos políticos, democracia, representatividade política, Região Sudes, Brasil.

ABSTRACT

The initial plan for this manuscript was to carry out a study on the development and organization of the PT (Workers' Party), PSDB (Brazilian Social Democracy Party) and PP (Progressive Party) political parties in the states of the Southeast region. The structure and formation process of political parties in sub-national spaces are not homogenous and can represent diffuse interests. The research methodology was based on quantitative, qualitative and mixed analyses, systematizing data collected from the Superior Electoral Court and the Regional Courts of the states of São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro and Espírito Santo. Thus, through a theoretical study of the issues addressed, we sought to understand the functioning of party organizations in the country at sub-national level, especially those that were initially mentioned, taking into account the local organization of party directories, as well as the social groups that make up their leaders. We identified that the basic principle of a political party is not its objectives, but its activity in the electoral arena and the complex strategies managed by the national leadership.

Key words: political parties, democracy, political representativeness, Southeast Region, Brazil.

RESUMEN

El plan inicial de este manuscrito era realizar un estudio sobre el desarrollo y la organización de los partidos políticos PT (Partido de los Trabajadores), PSDB (Partido de la Social Democracia Brasileña) y PP (Partido Progresista) en los estados de la región Sudeste. La estructura y el proceso de formación de los partidos políticos en los espacios subnacionales no son homogéneos y pueden representar intereses difusos. La metodología de investigación

se basó en análisis cuantitativos, cualitativos y mixtos, sistematizando datos recogidos en el Tribunal Superior Electoral y en los Tribunales Regionales de los estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro y Espírito Santo. Así, a través de un estudio teórico de los temas abordados, buscamos comprender el funcionamiento de las organizaciones partidarias en el país a nivel subnacional, especialmente las que fueron inicialmente mencionadas, teniendo en cuenta la organización local de los directorios partidarios, así como los grupos sociales que componen sus liderazgos. Identificamos que el principio básico de un partido político no son sus objetivos, sino su actividad en la arena electoral y las complejas estrategias que maneja la dirigencia nacional.
Palabras clave: partidos políticos, democracia, representatividad política, Región Sudeste, Brasil.

INTRODUÇÃO

O propósito central deste manuscrito consistiu em examinar a trajetória de desenvolvimento da estrutura organizacional dos partidos PT, PSDB e Progressistas em nível subnacional, com ênfase nos estados da região Sudeste do Brasil. Assim, escolheu-se estudar esses partidos pela sua significativa importância na história política do país, abrangendo diferentes espectros ideológicos. Dessa forma, cabe aqui apresentar um pouco de suas histórias.

O Progressistas, anteriormente conhecido como ARENA, PDS, PPR e PPB, desempenhou um papel crucial na organização do setor conservador brasileiro ao longo das últimas sete décadas. A ARENA acomodou grupos locais que aderiram ao situacionismo do governo da ditadura civil-militar. Por outro lado, o PSDB, originado do ex-PMDB e com continuidade do MDB no período de 1969 a 1985, exerceu controle sobre o governo central de 1994 a 2002, em uma coalizão com o PFL/DEM, posicionando-se na centro-direita e buscando ser um agente de equilíbrio para a estabilidade do regime democrático. Não havia identificação imediata entre oposição local, estadual e federal. Segundo Abranches (1988) e Meneguello (2007), a forte presença da direita nos legislativos e Executivos locais está relacionada à alta fragmentação partidária pós-1985. A título de exemplo, a eleição para a Presidência da República em 1989, chegou a contar com 27 partidos com candidaturas próprias. Em certa medida, essa tendência era acompanhada pelos legislativos locais, que passaram a contar com maior número de cadeiras ocupadas por lideranças de matizes político-ideológicas distintas, mas marcadamente de direita. A presença da direita como campo partidário na política local, no período pós-1985, guarda relações com as estruturas partidárias gestadas durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A centralização do poder decisório estruturante de políticas públicas e transferência de recursos para os espaços subnacionais, conferiu poder de barganha por benesses em troca da adesão política de

lideranças locais. Como assevera Toledo *et al.* (2015), [...] aliado a um cenário de fragmentação da direita, manteve elevados níveis de adesão do eleitorado aos partidos aqui classificados como de direita (60% dos votos do período de 1989-2008).

O PT emergiu, no quadro ampliado apresentado, como uma força hegemônica no campo da esquerda a partir do final dos anos 80 e, posteriormente, administrou o país de 2003 a 2015 em uma coalizão de centro-esquerda. A decisão de focar nos estados da região Sudeste se justifica pelo fato de ser o berço de origem dos três partidos em questão.

Visto isso, os partidos políticos têm seu ponto de origem, um período fundamental para compreendê-los, mas em seguida, iniciam sua jornada política. A cada acontecimento que atravessam, seja nas eleições ou na ocupação de cargos em diferentes esferas de poder, eles demonstram resultados que nos revelam sua habilidade de se manter ou não no sistema político. Um aspecto de importância vital para analisar essa progressão é a forma como eles estruturam sua organização em todo o território nacional.

Dessa maneira, a maioria dos estudos sobre partidos políticos, com um enfoque particular nos partidos PT, PSDB e Progressistas, que são o foco deste artigo, abordam diversas dimensões organizacionais e eleitorais até o ano de 2014 (Meneguello, 1992; Couto, 1998; Roma, 2002; Braga & Roma, 2002; Ribeiro, 2013; 2014), entre outros. No entanto, nos últimos anos, esses partidos enfrentaram crises, com destaque para o PSDB, que enfrenta desafios significativos que afetam seu desempenho e até mesmo sua continuidade no sistema partidário.

Assim, a análise da estruturação organizacional desses partidos buscou também avaliar no presente manuscrito, as possíveis razões por trás do acentuado declínio do PSDB. Além disso, compreender como o PT, posicionando-se à esquerda, e o Progressistas, alinhado à direita como um braço auxiliar do governo Bolsonaro, conseguiram manter sua competitividade no cenário político atual.

Dessa forma, faz-se necessário uma abordagem introdutória sobre a perspectiva teórica utilizada na pesquisa. Logo, uma das teorias clássicas da ciência política brasileira, formulada por Vitor Nunes Leal, aborda a interação entre as competições políticas nos âmbitos estadual e local durante a República Velha. Nessa época, os chamados "coronéis" e os governos estaduais estabeleceram uma relação de apoio mútuo, em que os coronéis asseguravam os votos nas eleições populares, enquanto os governos estaduais concediam controle sobre as agências estatais para reprimir a oposição local (Leal, 1949). Isso resultou no fortalecimento do domínio dos grupos situacionistas em ambas as esferas políticas. Um

raciocínio semelhante é utilizado para explicar como a Política dos Governadores[1] influenciou a competição nos níveis nacional e estadual. A interação entre o governo federal e os grupos políticos que controlavam os estados levou à consolidação desses grupos como forças dominantes em ambas as esferas (Lessa, 1988). Embora essas teorias sobre a Primeira República não mencionem explicitamente as organizações partidárias, essencialmente tratam dos efeitos da interdependência das lutas políticas entre diferentes níveis do sistema federativo.

No que diz respeito à análise dos períodos subsequentes, é importante destacar que as questões relacionadas às competições partidárias em níveis subnacionais e nacionais continuam a ser de grande relevância. Olavo Brasil (1983) foi um dos primeiros a chamar a atenção para a diversidade dos sistemas partidários nos estados. O debate sobre a interação entre esses sistemas subnacionais e a competição política nacional voltou a mobilizar diversos cientistas políticos (Lavareda, 1991; Nicolau, 2004; Santos, 2004). Porém, não se tem conhecimento de estudos que tenham abordado a dinâmica entre a competição política nacional e estadual durante o período da ditadura militar. Nas pesquisas sobre a dinâmica eleitoral durante esse período, o foco estava principalmente na análise da distribuição geográfica dos votos da oposição, que prevaleceu nas regiões sul e sudeste e nos centros urbanos. O impacto das disputas em nível subnacional e sua interação com o âmbito nacional ficaram restritos a eventos específicos, como a criação ou fusão de estados, bem como a nomeação de senadores "biônicos".

Com o retorno ao sistema multipartidário, a relevância das competições em níveis subnacionais voltou a ganhar destaque. Em primeiro lugar, diversos estudos exploraram o fato de que as eleições diretas em nível nacional em 1989 foram precedidas pelas eleições para governador em 1982. Essa sequência de eventos na abertura política teve impactos significativos na organização dos partidos políticos, que atingiram o auge de seu poder nesse período. A estrutura regionalizada que caracteriza o PMDB, por exemplo, teve suas raízes nesse contexto.

---

[1] Com a eleição de Campos Sales (1898), dá-se início à lógica de que o governo central deveria respeitar decisões dos partidos que controlavam o poder político em cada Estado. Contudo, a liderança estadual deveria garantir número de cadeiras no Legislativo Nacional, que fossem leais aos propósitos do presidente da república. Porém, tal configuração deixava as oligárquicas de outros Estados descontentes, tendo em vista a predominância do Estado de São Paulo no cenário político nacional. Em 1930, o então presidente da república Washington Luís Pereira dos Santos, apoiou Júlio Prestes, que venceu as eleições. O candidato da oposição, Getúlio Vargas, alegou fraude, tornando a situação mais aguda com a morte de seu vice na chapa, João Pessoa. Com apoio das elites oligárquicas dissidentes e das forças armadas, espocou a Revolução de 1930, impedindo a posse de Júlio Prestes. Tem-se, assim, o fim da Política dos Governadores e o início da Era Vargas (1930-1945). (CAMPOS SALLES, 1983).

Além disso, ao se observar a evolução dos partidos políticos ao longo das quase quatro décadas desde o retorno ao multipartidarismo, uma questão fundamental é a nacionalização do sistema partidário. Entre os diferentes modelos explicativos que buscam entender a dinâmica de expansão e penetração geográfica dos partidos, encontra-se a ideia de que as competições políticas nos contextos estaduais e municipais desempenham um papel crucial.

Dentre os estudos realizados sobre os partidos políticos durante esse período democrático, muitos têm se concentrado em descrever os padrões de organização partidária e sua relação com o desempenho nas eleições, enquanto outros começaram a direcionar seu foco para a formação e distribuição do poder dentro dos partidos, mas geralmente a nível nacional. Há poucos que se dedicam a mapear quem exerce influência e detém o poder nos processos de tomada de decisão internos aos partidos. Para contribuir com esse entendimento, é de extrema importância compreender o processo de formação, a atuação e os mecanismos de controle das elites político-partidárias, que não podem ser plenamente revelados apenas por meio de uma descrição superficial. Nesse sentido, foi primordial investigar a dinâmica subjacente à estrutura de poder dos partidos.

Embora esse processo seja influenciado por uma série de fatores, três deles se destacam como especialmente relevantes para a análise em questão: a) os incentivos institucionais decorrentes da legislação partidária e eleitoral, os quais moldam a atuação dos partidos em diferentes níveis; b) o papel desempenhado pelas lideranças políticas que representam os partidos em diversos contextos; c) o fluxo de recursos que circula dentro e entre os diferentes âmbitos de atuação dos partidos.

Outrossim, é importante a análise dos principais condicionamentos da dinâmica das organizações partidárias. Diante disso, a legislação relacionada aos partidos políticos no Brasil possui uma extensa tradição e estabelece regulamentações detalhadas para a vida partidária. Uma das áreas abrangidas por essa regulamentação diz respeito à criação de partidos. As atuais exigências legais, estabelecidas pela Lei de Partidos Políticos de 1995, imprimem um certo padrão aos partidos brasileiros que pode ser caracterizado como nacionalizador e centralizador.

Para que um partido obtenha seu registro oficial definitivo, condição necessária para concorrer em eleições, a legislação exige um grau mínimo de presença em nível nacional, o que implica a existência de diretórios em pelo menos um terço dos estados brasileiros. Além disso, a legislação permite o registro definitivo apenas para partidos que se organizem em âmbito nacional, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Partidos que estejam presentes

em apenas alguns estados não têm a opção de se registrar apenas em nível subnacional. As instâncias partidárias em nível subnacional são estabelecidas por delegação do órgão nacional, quando não há uma base de membros suficiente, possivelmente na forma de diretórios provisórios. Essa característica específica do sistema institucional brasileiro limita as possíveis configurações iniciais dos partidos, uma vez que, embora possam ter origem em iniciativas locais ou regionais, são incentivados a expandir suas operações para outros municípios ou estados e, eventualmente, se tornarem organizações de alcance nacional. A legislação não prevê a criação de partidos exclusivamente subnacionais, estabelecendo, assim, um padrão mínimo de nacionalização da estrutura organizacional e centralização das competências no estágio inicial de sua formação.

A legislação também contribui para fortalecer uma estrutura que favorece o centralismo, ao permitir que as instâncias superiores do partido intervenham nos assuntos administrativos das instâncias inferiores. Essa característica específica tem sido objeto de estudo na pesquisa sobre organizações partidárias (Guarnieri, 2011; Guarnieri, Peres e Ricci, 2017). Até o momento, as análises dos diretórios provisórios concentraram-se principalmente no âmbito municipal, identificando uma ampla gama de abordagens para a intervenção periódica nos diretórios locais por parte dos diretórios imediatamente superiores. Essas análises são baseadas em abordagens quantitativas que identificam diferentes padrões de centralização em vários partidos.

No que diz respeito a esses incentivos institucionais, a ciência política avançou significativamente na identificação dos estímulos para a centralização do poder nas organizações partidárias nacionais com base no arcabouço legal. No entanto, há espaço para estudos mais aprofundados que identifiquem os incentivos que fortalecem as organizações partidárias em nível subnacional. As instâncias partidárias em âmbito municipal e estadual desempenham papéis significativos na composição ou influência das instâncias decisórias em âmbito estadual e nacional, como as convenções, que, por sua vez, elegem os diretórios e as comissões executivas. Embora a pesquisa recente tenha se concentrado nas intervenções como momentos de exceção e grande margem de discricionariedade das instâncias nacionais, ainda há espaço para uma análise mais profunda da interconexão entre os diretórios estaduais e nacionais em relação a essas dimensões regulares da vida partidária.

É de conhecimento que os partidos políticos têm o interesse de restringir a responsabilidade da organização nacional por infrações cometidas nos diretórios subnacionais que podem resultar em penalidades financeiras aplicadas pela justiça eleitoral. Da mesma forma, os partidos mobilizaram-se contra a imposição da verticalização das coligações pela

justiça eleitoral em 2002. Nesse contexto, a centralização compulsória foi vista como uma restrição que limita a adaptação das estratégias eleitorais em cada contexto regional.

É relevante identificar os mecanismos institucionais disponíveis para os diretórios estaduais a fim de defender sua autonomia e, quando necessário, fazer prevalecer sua influência sobre as instâncias superiores.

Em vista do exposto, o objetivo primordial deste manuscrito é traçar a evolução das estruturas organizacionais desses partidos políticos em uma perspectiva subnacional, analisando sua trajetória histórica e a relevância que tiveram nos contextos políticos do Brasil. Dessa forma, ao examinarmos a organização interna desses partidos, buscou-se também avaliar as razões subjacentes ao acentuado declínio de um deles, o PSDB. Simultaneamente, procuramos compreender como o PT, posicionado na esquerda, e o PP, alinhado à direita e atuando como um aliado do governo Bolsonaro, conseguiram manter sua competitividade no cenário político contemporâneo.

Além disso, também se teve como foco do manuscrito fazer uma análise dos órgãos partidários dos partidos políticos apresentados, principalmente a questão dos diretórios estaduais, levando em conta os constrangimentos institucionais e estruturais, procurando verificar a direção da coordenação política e da distribuição dos recursos dos partidos políticos nesse cenário presidencialista com lógicas majoritárias e proporcionais de competição.

A metodologia utilizada durante a pesquisa consiste em análises quantitativa, qualitativas e mistas, a partir da elaboração de tabelas com dados coletados, majoritariamente, pelo TSE e TRE-SP, TRE-MG, TRE-RJ e TRE-ES. Além disso, conta-se também com análises teóricas sobre a temática abordada.

TEORIA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Segundo a teoria organizacional dos partidos políticos de Panebianco (2005), essas organizações não são homogêneas, ou seja, não são formadas principalmente por membros de um único grupo social, e não replicam as desigualdades que existem na sociedade em geral. Pelo contrário, os partidos podem ser estruturados para atrair membros de diferentes grupos sociais, criando comunidades partidárias heterogêneas que podem gerar suas próprias desigualdades internas (desigualdade organizativa). Isso significa que um partido pode representar demandas e interesses difusos que podem ou não estar alinhados com a classe ou grupo social de origem da maioria de seus membros. Além disso, um partido pode gerar

diferenciações entre sua elite e sua base partidária com base em critérios internos, mesmo que a elite e os membros comuns tenham a mesma origem social.

Dessa forma, é simplista pensar que a organização de um partido pode ser explicada apenas por sua ideologia e pela busca por votos, porque esses elementos não abrangem todos os possíveis objetivos de um partido. O que realmente diferencia os partidos políticos de outras organizações não são seus objetivos, mas a atividade específica que realizam em uma arena específica, ou seja, sua atuação na arena eleitoral. Portanto, os objetivos e interesses pelos quais um partido atua na arena eleitoral podem variar amplamente.

Assim, na teoria organizacional, para manter e realizar seus objetivos, os partidos políticos passam por alguns dilemas, sendo o mais importante para este trabalho o seguinte: O dilema da liberdade de decisão das lideranças. Logo, a liberdade de decisão das lideranças não é uma questão individual, mas sim o resultado de negociações entre líderes que formam coalizões. Partidos com pouca liberdade de decisão tendem a ser menos flexíveis em lidar com pressões internas e externas.

Além disso, cabe trazer a análise da teoria de Guarnieri (2011) e Guarnieri, Peres e Ricci (2018), a qual aponta que os partidos políticos no Brasil adotam uma estrutura organizacional que segue o sistema federativo, composta por órgãos partidários em nível municipal, estadual e nacional. Essa estrutura é essencial para o controle e gestão da organização partidária, compreendendo órgãos de deliberação e órgãos de direção.

Os órgãos de deliberação, como convenções municipais, estaduais, nacionais e zonais, têm como função principal a tomada de decisões importantes dentro do partido. Isso inclui a seleção de candidatos, a definição de alianças partidárias, a elaboração do programa de governo, a deliberação sobre o estatuto partidário e até mesmo a dissolução de diretórios.

Por outro lado, os órgãos de direção, representados pelos diretórios e comissões executivas em diversos níveis (municipal, estadual e nacional), desempenham um papel decisivo na estruturação do partido. Suas responsabilidades incluem a escolha dos membros das comissões executivas em cada instância, a normatização dos estatutos, a convocação das convenções e a definição das regras de funcionamento. Além disso, esses órgãos têm o poder de intervir em instâncias inferiores, aplicar penalidades e julgar recursos.

O processo de formação e relação entre esses órgãos segue um padrão específico, começando nas convenções municipais, que elegem delegados para convenções regionais e membros dos diretórios municipais. Esses membros do diretório municipal, por sua vez, selecionam os membros da comissão executiva municipal. O mesmo processo se repete em níveis mais altos, culminando com a eleição dos membros da comissão executiva nacional.

Isso significa que, para assumir cargos de liderança em um partido em nível municipal, regional ou nacional, é necessário controlar as convenções em todas as instâncias. Isso é alcançado por meio de um sistema de eleição proporcional de lista fechada, onde grupos políticos lançam chapas que são votadas pelos filiados nos diretórios. A proporção de votos recebida por cada chapa determina a proporção de delegados que essa chapa terá nas convenções, influenciando assim a representação nos diretórios e nas comissões executivas. (Thomazini, 2021).

Essa estrutura e processo de formação de órgãos são cruciais para entender a dinâmica interna dos partidos políticos brasileiros. Além disso, essa discussão inicial sugere que os dirigentes municipais e regionais desempenham um papel significativo na eleição dos dirigentes nacionais, já que o controle das convenções em todos os níveis é fundamental para alcançar posições de liderança. No entanto, a direção nacional possui dispositivos institucionais que podem centralizar o poder, como a criação de comissões provisórias em locais onde já existem filiados suficientes para a formação de diretórios. Isso reduz a autonomia das lideranças locais e regionais, uma vez que sua permanência nas comissões executivas subnacionais depende da direção nacional. (*ibid.*)

Em resumo, a estrutura e dinâmica interna dos partidos políticos brasileiros são complexas e estrategicamente gerenciadas pela liderança nacional, que pode escolher centralizar ou descentralizar o poder de acordo com seus interesses. Isso torna a tomada de decisões nos partidos brasileiros, em grande parte, centralizada, como destacado pela teoria de Panebianco (2005).

Portanto, a seguir serão apresentados os dados coletados e as tabelas criadas a partir desses durante o processo de sistematização dos dados, para elaborar melhor a discussão teórica e os resultados obtidos.

ANÁLISE DOS DADOS SISTEMATIZADOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE

Dessa maneira, após a leitura da teorização apresentada, cabe trazer tabelas e quadros que expõem os dados analisados neste trabalho, a partir da abordagem teórica utilizada. Portanto, essa pesquisa contou com a elaboração e categorização de dois tipos de tabelas, as que apresentaram os candidatos a governador nos estados da região Sudeste, seus partidos, a porcentagem de votos que obtiveram e os votos absolutos (VA), bem como as que mostram as cadeiras assumidas pelos partidos nas Assembléias Legislativas (colocar o que os outros

dados da tabela representam). Além disso, também realizou-se dois tipos de quadros de cada um dos quatro estados sudestinos, o primeiro representando as pastas da Secretaria de cada governo e os secretariados que as assumiram e seus respectivos partidos e o segundo, o quadro que expõe a quantidade de órgãos provisórios e/ou definitivos dos partidos analisados na pesquisa (PT, PSDB e Progressistas). As fontes e dados utilizados para a elaboração desse conteúdo foram extraídos dos sites oficiais dos governos estaduais do Sudeste e do governo federal.

Logo, a partir do diagnóstico feito sobre o legislativo e executivo dos partidos nos estados sudestinos, será possível traçar um perfil a respeito da centralização ou descentralização desses partidos e sua evolução a nível estadual. Dessa forma, os dados serão apresentados separados por estados, sendo o primeiro São Paulo, em seguida Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, respectivamente. Ressaltamos que a ordem de disposição dos candidatos nas tabelas é a mesma representada nas fontes secundárias sistematizadas. O que justifica, portanto, o fato de o candidato Tarcísio estar em primeiro lugar e Fernando Haddad em nono.

QUADRO 1: Candidatos à governador no Estado de São Paulo nas eleições de 2022.

Candidatos Governador T1	PARTIDO	%	V.A.
Tarcísio Gomes de Freitas	Republicanos	**42,32**	9.881.995
Antonio Jorge Filho	DC	0,05	10.778
Vinicius Lazzer Poit	Novo	1,67	388.974
Gabriel Maurilio Colombo de Freitas	PCB	0,2	46.727
Edson Dorta Silva	PCO	0,02	5.305
Elvis Leonardo Cezar	PDT	1,21	281.712
Rodrigo Garcia	PSDB	**18,4**	4.296.293
Altino de Melo Prazeres Junior	PSTU	0,06	14.859
Fernando Haddad	PT	**35,7**	8.337.139
Carolina Rejaili Vigliar	UP	0,37	88.767
Votos Nulos		7,92	2.149.776
Votos branos		6,06	1645522
Comparecimento		78,37	27.147.847

(FONTE: Elaboração própria pelo autor)

Podemos observar no Quadro 1 que o candidato Tarcísio de Freitas, Republicanos, obteve maior percentual de votos absolutos. O Republicanos pertencia à base fiel do ex-presidente Jair Bolsonaro, composta em 2022 por 12 legendas: Partido Social Liberal (PSL), Patriota, Democratas, Partido Social Cristão (PSC), Novo, Partido da Social Democracia Brasileira, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Progressista,

Republicanos, Partido Liberal (PL), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições para o Estado de São Paulo, o cenário centralizador a liderança nacional ficou evidente. Bolsonaro assumiu protagonismo na campanha de Tarcísio, uma vez que havia sido quadro de seu governo no Ministério da Infraestrutura (2019-2022). A intensa participação do candidato em motociatas e a proximidade com extratos do eleitorado paulista, aderentes por décadas ao tucanato, catapultou a sua eleição.

Fernando Haddad, Partido dos Trabalhadores (PT), segundo colocado nas eleições, tem larga experiência na gestão pública municipal e junto ao governo federal. No ministério da Educação em 2005, durante o governo Lula, foi idealizador do Programa Universitário para Todos (ProUni), que passou a conceder bolsas de estudo em universidades privadas para população de baixa renda. Em 2012, Haddad é indicado a concorrer à prefeitura de São Paulo pelo PT, sendo eleito com 55,57% dos votos válidos. (TSE, 2012). Seu mandato termina em 2016, repleto de tensionamentos com a elite paulista, principalmente, por implementar projeto de mobilidade urbana: ciclovia, ciclofaixas, corredores de ônibus e expansão das linhas do metrô. Tenta reeleição, mas foi derrotado por João Dória, PSDB. Em 2018, nas eleições majoritárias para a Presidência da República, assume como candidato a vice-presidente pelo PT, mas ascende à condição de cabeça de chapa no momento em que o Superior Tribunal Federal (STF) declarou a inegibilidade de Lula.

TABELA 1: Segundo turno das eleições para governador no Estado de São Paulo em 2022.

Governador T2	Partido	%	VA
Tarcísio Gomes de Freitas	Republicanos	**55,27**	13.480.643
Fernando Haddad	PT	44,73	10.909.371
VN		6,76	1.849.298
VB		4,04	1.102.504
Comparecimento		78,94	27.380.491

(FONTE: Elaboração própria do autor)

Tarcísio, natural do Rio de Janeiro, foi eleito governador do estado com 55,27% dos votos, o que correspondeu a 13.480.643 (treze milhões, quatrocentos e oitenta mil e seiscentos e quarenta e três votos). Haddad, obteve 44,73% dos votos, ou seja, 10.909.371 (dez milhões, novecentos e nove mil, trezentos e setenta e um votos). Vale ressaltar, que o estado de São Paulo foi governado pelo PSDB por 28 (vinte e oito) anos, mas não alcançou

êxito em fazer com que Rodrigo Garcia, então governador, vencesse o pleito. Perdendo no primeiro turno, migrou seu apoio para Tarcísio no segundo turno.

No início da campanha, Hadadd desponta nas pesquisas, mas acabou desidratando com a aproximação entre Garcia e Tracísio. Este primeiro, incorporou algumas pautas bolsonaristas em seu discurso, tais como liberdade de escolha dos pais em vacinar seus filhos e privatizações (como a que ocorreu recentemente da SABESP), sob o argumento de melhoria da efetividade de políticas públicas, projetos e ações. A despeito de ter perdido as eleições de 2022, Hadadd contou com apoio de Lula e demais quadros do PT no transcurso da campanha, o que, em certa medida, impulsionou a sua candidatura. Tanto o desempenho de Tarcísio, quanto o de Haddad corroboram a tese de Panebianco (2005), ou seja, a adesão eleitoral e a tomada de decisão sobre quem disputará a eleição é centralizada.

QUADRO 2: Secretariados e suas pastas do Estado de São Paulo.

Secretariado	Partidos	Pasta
Marcello Streifinger		Administração Penitenciária
Antônio Júlio de Junqueira Queiroz		Agricultura e Abastecimento
Artur Lima		Casa Civil
Henguel Ricardo Pereira		Casa Militar e Defesa Civil
Vahan Agopyan		Ciência, Tecnologia e Inovação
Lais Vita		Comunicação
Pedro Rubenz Jehá		Controladoria Geral do Estado
Marília Marton		Cultura e Economia Criativa
Jorge Lima		Desenvolvimento Econômico
Gilberto Nascimento Junior	PSC	Desenvolvimento Social
Marcelo Cardinale Branco		Desenvolvimento Urbano e Habitação
Marcos da Costa		Direito da Pessoa com Deficiência
Renato Feder		Educação
Coronel Helena Reis		Esportes
Samuel Kinoshita		Fazenda e Planejamento
Caio Paes de Andrade		Gestão e Governo Digital
Gilberto Kassab	PSD	Governos e Relações Institucionais
Fábio Prieto		Justiça e Cidadania
Natália Resende		Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Lucas Ferraz		Negócios Internacionais
Rafael Benini		Parcerias em Investimentos
Sonaira Fernandes	Republicanos	Políticas para a Mulher
Inês dos Santos Coimbra		Procuradoria Geral do Estado
Guilherme Afif Domingos		Projetos Estratégicos
Eleuses Paiva	PSD	Saúde
Guilherme Derrite	PL	Segurança Pública
Marco Antonio Assalve		Transporte Metropolitanos
Roberto de Lucena	Republicanos	Turismo e Viagens

(FONTE: Elaboração própria do autor)

O Quadro 2, apresenta dados importantes sobre a composição da gestão do governador eleito, Tarcísio. O desenho de seu quadro de secretariado reflete o arco de alianças forjado durante a disputa eleitoral. As pastas mais estratégicas, por serem indutoras de políticas públicas em áreas estruturantes dos governos tais como saúde, educação e assistência ficaram com a cota dos partidos políticos PSC, PSD, Republicanos e PL, todos aliados ao ex-presidente Bolsonaro.

TABELA 2: Cadeiras assumidas pelos partidos na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Partidos	%	VA	Número de Cadeiras	% de Cadeiras
PL	17,4	4.144.519	19	20,21
PV	0,3			
PC do B	1,03	4.022.853	**19**	20,21
PT	15,12			
CIDADANIA	2,5	2.552.319	**12**	12,76
PSDB	8,71			
REPUBLICANOS	7,91	1.767.011	8	8,5
UNIÃO	7,65	1.685.895	7	7,45
REDE	0,61	1.496.620	6	6,38
PSOL	6,1			
PODEMOS	4,7	1.030.595	4	4,25
PSD	4,29	940.809	4	4,25
MDB	4,1	975.207	4	4,25
PP	3,64	799.148	3	3,19
PSB	3,24	882.495	3	3,19
PSC	2,81	613.796	2	2,13
PDT	1,57	384.377	1	1,06
SOLIDARIEDADE	1,56	345.811	1	1,06
NOVO	1,52	428.030	1	1,06
PATRIOTA	1,07	234.367	0	0
PTB	0,99	226.704	0	0
AVANTE	0,92	200.838	0	0
PRTB	0,87	188.185	0	0
PROS	0,46	100.860	0	0
PMB	0,27	61.020	0	0
AGIR	0,27	54.870	0	0
UP	0,17	39.545	0	0
PMN	0,1	24.807	0	0
PCB	0,06	20.403	0	0
PSTU	0,03	10.631	0	0
DC	0,03	6.313	0	0
PCO	0,01	3.673	0	0
TOTAL DE CADEIRAS			**94**	

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 3: Órgãos partidários do Estado de São Paulo e seus dirigentes.

PARTIDO	TIPO DE ÓRGÃO	NOME	CARGO	OCUPAÇÃO	SEXO	ESTADO
AGIR	COMISSÃO INTERVENTORA	DANIEL SAMPAIO TOURINHO	PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA	ADVOGADO/JORNALISTA	MASCULINO	SP
AGIR	COMISSÃO INTERVENTORA	FHILLIP EMERICK PINHEIRO	TESOUREIRO DA COMISSÃO DIRETORA		MASCULINO	SP
AVANTE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	JOSUÉ TAVARES DOS SANTOS	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
DC	ÓRGÃO PROVISÓRIO	JOSÉ MARIA EYMAEL	PRESIDENTE	ADVOGADO/EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
MDB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ARLON VIANA LIMA	TESOUREIRO		MASCULINO	SP
MDB	ÓRGÃO DEFINITIVO	LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
PATRIOTA	ÓRGÃO DEFINITIVO	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	EDMILSON SILVA COSTA	SECRETÁRIO POLÍTICO	PROFESSOR	MASCULINO	SP
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	FLAVIO PIRES VIEIRA	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		MASCULINO	SP
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ROVILSON ROBBI BRITTO	PRESIDENTE (A)		MASCULINO	SP
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	VANIUS SILVA OLIVEIRA	SECRETÁRIO (A) DE FINANÇAS		MASCULINO	SP
PCO	ÓRGÃO DEFINITIVO	JÚLIO MARCELINO DE SOUZA	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
PCO	ÓRGÃO DEFINITIVO	VLADIMIR DOS SANTOS STEIN	TESOUREIRO		MASCULINO	SP
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	AIRTON COSTA DO AMARAL	SECRETÁRIO-GERAL		MASCULINO	SP
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	ELZA MARIA CICCARELLI DE ARRUDA LEME	TESOUREIRO (A)		FEMININO	SP
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	EWERTON ROBERTO DA SILVA SANTOS	SECRETÁRIO-ADJUNTO		MASCULINO	SP
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARCIO MASSAMI NAKASHIMA	PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	ADVOGADO/CONTADOR	MASCULINO	SP
PL	ÓRGÃO PROVISÓRIO	JOSE TADEU CANDELARIA	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
PMN	ÓRGÃO PROVISÓRIO	JOAO FRANCISCO GARCIA	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	GABRIEL MARQUES DE OLIVEIRA MELO	SECRETÁRIO-GERAL		MASCULINO	SP
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RODRIGO GAMBALE VIEIRA	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
PP	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**MANOEL MAURICIO SILVA NEVES**	**PRESIDENTE**	**EMPRESÁRIO**	**MASCULINO**	**SP**
PRTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RACHEL DE CARVALHO	PRESIDENTE		FEMININO	SP
PSB	ÓRGÃO DEFINITIVO	MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES	PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ESTADUAL	ADVOGADO	MASCULINO	SP
PSD	ÓRGÃO DEFINITIVO	ALFREDO COTAIT NETO	PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	ENGENHEIRO CIVIL	MASCULINO	SP
PSD	ÓRGÃO DEFINITIVO	GILBERTO KASSAB	PRESIDENTE LICENCIADO	ENG. CIVIL/EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
PSDB	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOLI**	**PRESIDENTE**	**ADMINISTRADOR**	**MASCULINO**	**SP**
PSDB/CIDADANI	ÓRGÃO DEFINITIVO	PAULO HENRIQUE PINTO SERRA	PRESIDENTE	PREFEITO	MASCULINO	SP
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	BRUNO MIGUEL DA SILVA CARDOSO	PRIMEIRO SECRETÁRIO (A)-GERAL		MASCULINO	SP
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	JOAO PAULO RILLO	PRESIDENTE	ATOR/ADVOGADO	MASCULINO	SP
PSOL/REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	JOÃO PAULO RILLO	PRESIDENTE	ATOR/ADVOGADO	MASCULINO	SP
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR	PRESIDENTE	METROVIÁRIO	MASCULINO	SP
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTONIO DONIZETE FERREIRA	VICE-PRESIDENTE	ADVOGADO	MASCULINO	SP
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	LUIZ CARLOS PRATES	PRIMEIRO SECRETÁRIO	TRABALHADOR SIDERÚRGICO E METALÚRGICO	MASCULINO	SP
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARISA DOS SANTOS MENDES	TESOUREIRO		FEMININO	SP
PT	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**FRANCISCO DANIEL CELEGUIM DE MORAIS**	**PRESIDENTE**	**JORNALISTA**	**MASCULINO**	**SP**
PT	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**LUIZ MARTINO TURCO**	**SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇÃO**		**MASCULINO**	**SP**
PT/PCDOB/PV	**ÓRGÃO PROVISÓRIO**	**LUIZ MARINHO**	**PRESIDENTE**		**MASCULINO**	**SP**
PTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	OTÁVIO OSCAR FAKHOURY	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANA DA SILVA FERNANDES	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		FEMININO	SP
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTONINO GRASSO	SECRETÁRIO DE FINANÇAS		MASCULINO	SP
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARCOS BELIZARIO	PRESIDENTE	ADVOGADO	MASCULINO	SP
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARIA REGINA GONCALVES	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICA	FEMININO	SP
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA	1º COORDENAÇÃO GERAL/PORTA VOZ/PRESIDENTE		MASCULINO	SP
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	LUCIANA CHUEKE PUREZA	1º COORDENAÇÃO FINANCEIRA /TESOUREIRO		FEMININO	SP
REPUBLICANOS	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ROBERTO RIBEIRO CARNEIRO	PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	EMPRESÁRIO	MASCULINO	SP
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO DEFINITIVO	ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	PRESIDENTE	ADMINISTRADOR PÚBLICO	MASCULINO	SP
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO DEFINITIVO	LUIZ CARLOS ANASTACIO	SECRETÁRIO(A)-GERAL		MASCULINO	SP
UNIÃO	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA	PRESIDENTE		MASCULINO	SP
UP	ÓRGÃO DEFINITIVO	VIVIAN MENDES DA SILVA	PRESIDENTE	RELAÇÕES PÚBLICAS	FEMININO	SP

(FONTE: Elaboração própria do autor)

Agora, seguem as tabelas elaboradas do Estado do Rio de Janeiro:

TABELA 3: Candidatos à governador no Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2022.

Candidatos Governador T1	PARTIDO	%	V.A.
Claudio Castro	PL	**58,69**	4930288
Marcelo Freixo	PSB	27,39	2300980
Rodrigo Neves	PDT	8	672291
Paulo Ganime	NOVO	5,32	443580
Juliete	UP	0,33	27344
Cyro Garcia	PSTU	0,15	12627
Eduardo Serra	PCB	0,13	10852
Votos Nulos		9,11	901120
Votos Brancos		5,98	591576
Comparecimento		77,24	9893658

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 4: Secretariados e suas pastas do Estado de Rio de Janeiro

Secretariado	Partidos	Pasta
Thiago Pampolha	União Brasil	Ambiente e Sustentabilidade
Maria Rosa Lo Duca Nebel		Administração Penitenciária
Jair Bittencourt	PL	Agricultura
Rosângela Gomes	Republicanos	Assistência Social
Nicola Maccione		Casa Civil
Rodrigo Abel		Chefia de Gabinete
Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho	PL	Ciência e Tecnologia
Demétrio Farah		Controladoria Geral do Estado
Danielle Barros	Solidariedade	Cultura
Leonardo Monteiro		Defesa Civil e Bombeiros
Vinícius Farah	União Brasil	Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Patrícia Reis		Educação
Rafael Picciani	MDB	Esportes
Leonardo Lobo		Fazenda
Edu Guimarães		Gabinete de Segurança Institucional
Rodrigo Bacellar	PL	Governo
Bruno Dauaire	União Brasil	Habitação
Uruan Cintra		Infraestruturas e Cidade
Alexandre Isquierdo	União Brasil	Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
Hugo Leal	PSD	Óleo, Gás, Energia e Industria Naval
Nelson Rocha	PSD	Planejamento
Fernando Albuquerque		Polícia Civil
Coronel Henrique Pires		Polícia Militar
Bruno Debeaux		Procuradoria Geral do Estado
André Moura	União Brasil	Representação em Brasília
Eduarda Merlin		Rio Previdência
Luiz Antônio Teixeira Júnior	Progressistas	Saúde
Heloísa Aguiar		Secretaria Especial de Mulheres
Igor Marques		Subsecretaria de Comunicação
Kelly Christian Silveira de Matos		Trabalho
Mauro Farias		Transformação Digital
Washington Reis	MDB	Transporte e Mobilidade Urbana
Gustavo Tutuca	Progressistas	Turismo

(FONTE: Elaboração própria do autor)

TABELA 4: Cadeiras assumidas pelos partidos na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)

Partidos	%	VA	Número de Cadeiras	% de Cadeiras
PL	20,86	1.683.204	17	24,64
UNIÃO	10,95	858.408	8	11,59
PSD	7,9	627.108	6	8,69
PC DO B PV **PT**	1,33 0,51 7,77	909.656	**8**	11,59
REDE PSOL	0,15 6,02	528.448	5	7,25
PP	4,99	400.130	4	5,8
SOLIDARIEDADE	4,58	343.698	3	4,38
REPUBLICANOS	3,9	312.447	3	4,38
PODE	3,73	299.661	2	2,9
MDB	3,5	285115	2	2,9
PROS	2,97	235.476	2	2,9
PDT	2,87	231440	2	2,9
PSB	2,4	193.548	2	2,9
PTB	2,24	180403	1	1,45
PATRIOTA	1,95	150.932	1	1,45
AGIR	1,77	141349	1	1,45
PSC	1,7	137.187	1	1,45
PMN	1,46	117900	1	1,45
AVANTE	1,33	106.861	1	1,45
DC	1,26	90571	0	0
PRTB	1,06	84.287	0	0
NOVO	0,74	60084	0	0
PSDB CIDADANIA	0,52 0,71	112.635	**0**	0
PMB	0,54	43175	0	0
UP	0,18	14.633	0	0
PCB	0,06	4698	0	0
PSTU	0,03	2.562	0	0
PCO	0,01	0	0	0
TOTAL DE CADEIRAS			**70**	

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 5: Órgãos partidários do Estado do Rio de Janeiro e seus dirigentes.

PARTIDO	TIPO DE ÓRGÃC	NOME	CARGO	OCUPAÇÃO	SEXO	ESTADO
AGIR	Órgão definitivo	ANTONIO ROBERTO FERREIRA DE ALMEIDA	TESOUREIRO DA COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA REGIONAL		MASCULINO	RJ
AGIR	Órgão definitivo	OSMAR BRIA	PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA REGIONAL		MASCULINO	RJ
AVANTE	Órgão provisório	VINICIUS CORDEIRO	PRESIDENTE	ADVOGADO	MASCULINO	RJ
CIDADANIA	Órgão definitivo	PLINIO COMTE LEITE BITTENCOURT	PRESIDENTE	PROFESSOR	MASCULINO	RJ
CIDADANIA	Órgão definitivo	ROBERTO PERCINOTO	SECRETÁRIO-GERAL		MASCULINO	RJ
DC	Órgão provisório	WILLIAN CARVALHO DOS SANTOS	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
MDB	Órgão definitivo	INO FRANCISCO DA GAMA MENEZES	TESOUREIRO		MASCULINO	RJ
MDB	Órgão definitivo	LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI	PRESIDENTE	ADVOGADO	MASCULINO	RJ
NOVO	Órgão definitivo	RODRIGO ROCHA DE REZENDE	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	FEMININO	RJ
PATRIOTA	Órgão definitivo	ELIANE SANTOS DA CUNHA	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PCB	Órgão definitivo	EDILSON NEVES GOMES	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		MASCULINO	RJ
PCB	Órgão definitivo	PAULO ROBERTO FILGUEIRA DE OLIVEIRA	SECRETÁRIO POLÍTICO	SERVIDOR PÚBLICO	MASCULINO	RJ
PCDOB	Órgão definitivo	ALAN APARECIDO NOVAIS E ALVES	SECRETÁRIO (A) DE FINANÇAS		MASCULINO	RJ
PCDOB	Órgão definitivo	JOÃO BATISTA ROCHA LEMOS	PRESIDENTE (A)		MASCULINO	RJ
PCO	Órgão definitivo	HENRIQUE VITAL BRAZIL SIMONARD	PRESIDENTE	JORNALISTA	MASCULINO	RJ
PCO	Órgão definitivo	VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS	TESOUREIRO	JORNALISTA	MASCULINO	RJ
PDT	Órgão definitivo	ELMA CERQUEIRA DE LA FUENTE	TESOUREIRO (A)		FEMININO	RJ
PDT	Órgão definitivo	MARTHA MESQUITA DA ROCHA	PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	DELEGADA APOSENTADA	FEMININO	RJ
PL	Órgão provisório	ALTINEU CORTES FREITAS COUTINHO	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	RJ
PMN	Órgão provisório	FABIO DIAS DE FREITAS	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PODE	Órgão provisório	FILIPE DE ALMEIDA PEREIRA	PRESIDENTE	ADMINISTRADOR	MASCULINO	RJ
PODE	Órgão provisório	KELLY CHRISTIAN SILVEIRA DE MATTOS	SECRETÁRIO-GERAL	ADVOGADO	FEMININO	RJ
PP	**Órgão definitivo**	**LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA TEIXEIRA JÚNIOR**	**PRESIDENTE**	**MÉDICO**	**MASCULINO**	**RJ**
PRTB	Órgão provisório	ALEXANDRE BERGAMO	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PSB	Órgão provisório	ALESSANDRO LUCCIOLA MOLON	PRESIDENTE	PROFESSOR E RADIALISTA	MASCULINO	RJ
PSD	Órgão provisório	EDUARDO DA COSTA PAES	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PSDB	**Órgão provisório**	**ASPASIA BRASILEIRO ALCANTARA DE CAMARGO**	**PRESIDENTE**	**PROFESSORA/ACADÊMICA/SOCIÓLOGA**	**FEMININO**	**RJ**
PSOL	Órgão definitivo	ITALO JARDIM DE OLIVEIRA PEREIRA	PRIMEIRO SECRETÁRIO (A)-GERAL		MASCULINO	RJ
PSOL	Órgão definitivo	MARIO JORGE BARRETTO COUTINHO	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PSTU	Órgão definitivo	CLAITON COFFY	PRIMEIRO SECRETÁRIO	PETROLEIRO	MASCULINO	RJ
PSTU	Órgão definitivo	CYRO GARCIA	PRESIDENTE	PROFESSOR/HISTORIADOR	MASCULINO	RJ
PSTU	Órgão definitivo	DAYSE OLIVEIRA GOMES	VICE-PRESIDENTE	EDUCADORA	FEMININO	RJ
PSTU	Órgão definitivo	ELISIA SILVA MAIA	TESOUREIRO	PROFESSORA	FEMININO	RJ
PT	**Órgão definitivo**	**JOÃO MAURICIO DE FREITAS**	**PRESIDENTE**		**MASCULINO**	**RJ**
PT	**Órgão definitivo**	**RICARDO REIS PINHEIRO**	**SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇÃO**		**MASCULINO**	**RJ**
PT/PCDOB/PV	**Órgão provisório**	**JOÃO MAURICIO DE FREITAS**	**PRESIDENTE**		**MASCULINO**	**RJ**
PTB	Órgão provisório	MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
PV	Órgão definitivo	ANDERSON DA SILVA GODINHO	SECRETÁRIO DE FINANÇAS		MASCULINO	RJ
PV	Órgão definitivo	CARLA PIRANDA REBELLO	PRESIDENTE		FEMININO	RJ
PV	Órgão definitivo	ROBERTO WAGNER ROCCO	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		MASCULINO	RJ
PV	Órgão definitivo	TATIANA MARTINS WEHB	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		FEMININO	RJ
REDE	Órgão definitivo	FABIO FRANCISCO DOS SANTOS	1º COORDENAÇÃO GERAL/PORTA VOZ/PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
REDE	Órgão definitivo	MATHEUS GUIMARÃES	1º COORDENAÇÃO FINANCEIRA /TESOUREIRO		MASCULINO	RJ
REPUBLICANOS	Órgão provisório	WAGNER DOS SANTOS CARNEIRO	PRESIDENTE	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	MASCULINO	RJ
SOLIDARIEDADE	Órgão definitivo	AUREO LIDIO MOREIRA RIBEIRO	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	RJ
SOLIDARIEDADE	Órgão definitivo	JANYR FERNANDES DE MENEZES	SECRETÁRIO(A)-GERAL		MASCULINO	RJ
UNIÃO	Órgão provisório	ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ
UP	Órgão definitivo	ESTEBAN ROBERTO FERREIRA CRESCENTE	PRESIDENTE		MASCULINO	RJ

(FONTE: Elaboração própria do autor)

A seguir, as tabelas do Estado do Espírito Santo:

TABELA 6: Candidatos à governador no Estado do Espírito Santo nas eleições de 2022.

Candidatos Governador T1	PARTIDO	%	V.A.
Renato Casagrande	PSB	**46,94**	976.652
Manato	PL	38,48	800.598
Guerino Zanon	PSD	7,03	146.177
Audifax	REDE	6,51	135.512
Aridelmo	NOVO	0,76	15.786
Capitão Vinicius Sousa	PSTU	0,22	4.505
Claudio Paiva	PRTB	0,07	1.418
Votos Nulos		5,62	129.835
Votos Brancos		4,37	101.146
Comparecimento		79,25	2.315.889

(FONTE: Elaboração própria do autor)

TABELA 7: Segundo turno das eleições para governador no Estado do Espírito Santo em 2022.

Governador T2	PARTIDO	%	VA
Renato Casagrande	PSB	**53,8**	1.17.288
Manato	PL	46,2	1.006.021
VN		4,09	94.782
VB		1,99	46.259
Comparecimento		79,47	2.322.269

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 6: Secretariados e suas pastas do Estado do Espírito Santo.

Secretariado	Partidos	Pasta
Flávia Mignoni		Superintendência Estadual de Comunicação Social
Coronel Jocarly Martins de Aguiar Júnior		Casa Militar
Davi Diniz de Carvalho	Cidadania	Casa Civil
Jasson Hibner Amaral		Procuradoria Geral do Estado
Enio Bergoli da Costa		Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
Felipe Rigoni	União	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Edmar Camata	PSB	Controle e Transparência
Bruno Lamas Silva	PSB	Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional
Fabrício Noronha		Cultura
Ricardo de Rezende Ferraço	PSDB	Desenvolvimento Econômico
Nara Borgo	PSB	Direitos Humanos
Vitor de Angelo		Educação
Marcus Vicente	Progressistas	Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Marcelo Martins Altoé		Fazenda
Maria Emanuela Alves Pedroso	Podemos	Governo
Marcelo Calmom Dias		Gestão e Recursos Humanos
André Albuquerque Garcia		Justiça
Fábio Damasceno	PSB	Mobilidade e Infraestrutura
Álvaro Rogério Duboc Fajardo		Economia e Planejamento
Jacqueline Moraes de Silva Avelina	PSB	Políticas para Mulheres
Miguel Paulo Duarte Neto		Saúde
Alexandre Ofranti Ramalho	Podemos	Segurança Pública e Defesa Pessoal
José Carlos Nunes da Silva	PT	Esportes e Lazeer
Cyntia Figueira Grillo		Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Weverson Valcker Meireles	PDT	Turismo

(FONTE: Elaboração própria do autor)

TABELA 8: Cadeiras assumidas pelos partidos na Assembléia Legislativa do Espírito Santo (ALEES)

Partidos	%	Número de Cadeiras	V.A.	% de Cadeiras
REPUBLICANOS	12,45	4	258.409	13,3
PL	12,39	5	265.398	16,67
PSB	7,78	3	164.155	10
UNIÃO	7,26	2	147.527	6,67
PODE	6,86	3	140.112	10
PC DO B	0,56			
PV	0,67	**2**	171.974	6,67
PT	6,72			
PP	6,66	**2**	137.825	6,67
CIDADANIA	1,61	**3**	146.625	10
PSDB	5,53			
PDT	5,25	2	109.905	6,67
PTB	4,92	1	101.142	3,3
PATRIOTA	4,05	1	82.140	3,3
PSC	3,69	1	75.975	3,3
PSOL	2,77	1	108.662	3,3
REDE	2,57			
PSD	2,38	0	48.628	0
SOLIDARIEDADE	2,22	0	44.589	0
DC	1,54	0	31.020	0
AGIR	0,66	0	13.358	0
MDB	0,53	0	31.279	0
PMB	0,48	0	9.674	0
PROS	0,36	0	7.278	0
PRTB	0,08	0	1.946	0
TOTAL DE CADEIRAS		**30**		

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 7: Órgãos partidários do Estado do Espírito Santo e seus dirigentes.

PARTIDO	TIPO DE ÓRGÃO	NOME	CARGO	OCUPAÇÃO	SEXO	ESTADO
AGIR	ÓRGÃO PROVISÓRIO	JOSÉ ROBERTO DA ROCHA MONTEIRO	PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA REGIONAL		MASCULINO	ES
AGIR	ÓRGÃO PROVISÓRIO	WAGNER MAIA PAIXÃO	TESOUREIRO DA COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA REGIONAL		MASCULINO	ES
CIDADANIA	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
DC	ÓRGÃO PROVISÓRIO	MARCOS FERNANDO NICOLAU CARAN	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
MDB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	FRANCISCO DE ASSIS PORTELA MILFONT	TESOUREIRO		MASCULINO	ES
MDB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ROSILDA DE FREITAS	PRESIDENTE	PROFESSORA/JORNALISTA	FEMININO	ES
NOVO	ÓRGÃO DEFINITIVO	IURI VERAS AGUIAR	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
PATRIOTA	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RAFAEL FAVATTO GARCIA	PRESIDENTE	MÉDICO	MASCULINO	ES
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ALAN PETERSON DA SILVA SIQUARA	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		MASCULINO	ES
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	MAURO RIBEIRO	SECRETÁRIO POLÍTICO	SERVIDOR PÚBLICO	MASCULINO	ES
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANDERSON FALCÃO AZEVEDO	SECRETÁRIO (A) DE FINANÇAS		MASCULINO	ES
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	JOSE DE BARROS NETO	PRESIDENTE (A)	ADVOGADO	MASCULINO	ES
PCO	ÓRGÃO DEFINITIVO	HENRIQUE VITAL BRAZIL SIMONARD	PRESIDENTE	JORNALISTA/REDATOR	MASCULINO	ES
PCO	ÓRGÃO DEFINITIVO	VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS	TESOUREIRO		MASCULINO	ES
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTÔNIO FIALHO GARCIA JUNIOR	TESOUREIRO (A)		MASCULINO	ES
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	WEVERSON VALCKER MEIRELES	PRESIDENTE ESTADUAL		MASCULINO	ES
PL	ÓRGÃO PROVISÓRIO	MAGNO PEREIRA MALTA	PRESIDENTE	PASTOR/CANTOR	MASCULINO	ES
PMB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ADRIANO FRANCISCO ROCHA	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	DANIELE TONONI BOLONHA	SECRETÁRIO-GERAL		FEMININO	ES
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	GILSON DANIEL BATISTA	PRESIDENTE	SERVIDOR PÚBLICO	MASCULINO	ES
PP	**ÓRGÃO**	**JOSIAS MÁRIO DA VITÓRIA**	**PRESIDENTE**	**POLICIAL MILITAR**	**MASCULIN**	**ES**
PRTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	PAULO SÉRGIO LIBÓRIO BASTOS	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
PSB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
PSD	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RENZO DE VASCONCELOS	PRESIDENTE	ADMINISTRADOR	MASCULINO	ES
PSDB	**ÓRGÃO**	**VANDERSON ALONSO LEITE**	**PRESIDENTE**	**SERVIDOR PÚBLICO**	**MASCULIN**	**ES**
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	ELICIANE HALAMA	PRESIDENTE	ADVOGADO	FEMININO	ES
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	ELISSA DA SILVA SOEIRO	PRIMEIRO SECRETÁRIO (A)-GERAL		FEMININO	ES
PSOL/REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	LAÍS ALVES GARCIA	PRESIDENTE	PROFESSOR	FEMININO	ES
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	FABIOLA OLIVEIRA BATISTA	VICE-PRESIDENTE		FEMININO	ES
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	FILIPE SIQUEIRA FERMINO	PRESIDENTE	SERVIDOR PÚBLICO	MASCULINO	ES
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	LARA NEGREIROS GOBIRA	TESOUREIRO		FEMININO	ES
PT	**ÓRGÃO**	**JACKELINE OLIVEIRA ROCHA**	**PRESIDENTA**	**ATIVISTA**	**FEMININO**	**ES**
PT	**ÓRGÃO**	**MARLENE BINDA**	**SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇÃO**		**FEMININO**	**ES**
PT/PCDOB/PV	**ÓRGÃO**	**JACKELINE OLIVEIRA ROCHA**	**PRESIDENTA**	**ATIVISTA**	**FEMININO**	**ES**
PTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	BRUNO LOURENÇO DE SOUZA	PRESIDENTE	EMPRESÁRIO	MASCULINO	ES
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	FABRICIO HERICK MACHADO	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARIA APARECIDA QUINELATO	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		FEMININO	ES
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	ROSENY PEIXOTO DA SILVA BRAGATO	SECRETÁRIO DE FINANÇAS	COMERCIANTE	FEMININO	ES
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	SAMYLE CORREA MANSUR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		FEMININO	ES
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	CHAYANE DALTIO FIGUEIREDO	1º COORDENAÇÃO FINANCEIRA /TESOUREIRO	ADVOGADO	FEMININO	ES
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	LAIS ALVES GARCIA	1º COORDENAÇÃO GERAL/PORTA VOZ/PRESIDENTE	PROFESSOR	FEMININO	ES
REPUBLICANOS	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ERICK CABRAL MUSSO	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	DOUGLAS PINHEIRO AZEVEDO DE SOUZA ANDRADE	PRESIDENTE		MASCULINO	ES
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RODRIGO CALEZANI GONÇALVES	SECRETÁRIO(A)-GERAL	EMPRESÁRIO	MASCULINO	ES

(FONTE: Elaboração própria do autor)

Por fim, os dados coletados e tabulados do Estado de Minas Gerais:

TABELA 9: Candidatos à governador no Estado de Minas Gerais nas eleições de 2022.

Candidatos Governador T1	PARTIDO	%	V.A.
Zema	NOVO	56,18	6094133
Kalil	PSD	35,08	3805182
Carlos Viana	PL	7,23	783800
Marcus Pentana	PSDB	0,56	60637
Lorene Figueiredo	PSOL	0,41	44898
Cabo Tristao	PMB	0,15	15774
Indira Xavier	UP	0,14	15604
Renata Regina	PCB	0,12	12514
Vanessa Portugal	PSTU	0,11	12009
Lourdes Francisco	PCO	0,02	2012
Votos Nulos		8,62	1089431
Votos Brancos		5,59	707694
Comparecimento		77,71	12643691
Anulados Sub Judice		0,02	2012

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 8: Secretariados e suas pastas de Minas Gerais.

Secretariado	Partido	Pasta
Thales Almeida Pereira Fernandes		Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Leônidas Oliveira		Cultura e Turismo
Fernando Passalio de Avelar		Desenvolvimento Econômico
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti		Desenvolvimento Social
Igor de Alvarenga de Oliveira Icassatti Rojas		Educação
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes		Fazenda
Igor Eto		Governo
Pedro Bruno Barros de Sousa		Infraestrutura e Mobilidade
Rogério Greco		Justiça e Segurança Pública
Marília Carvalho de Melo		Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Luísa Cardoso Barreto	PSDB	Planejamento e Gestão de Minas Gerais
Fábio Baccharetti Vitor		Saúde
Marcelo Guilhereme de Aro Ferreira		Casa Civil
Bernardo Assis Fonseca		Comunicação Social

(FONTE: Elaboração própria do autor)

TABELA 10: Cadeiras assumidas pelos partidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG).

Partidos	%	V.A.	Número de Cadeiras	% de Cadeira
PC DO B	1,07			
PT	13,69	2.072.454	**17**	22
PV	3,87			
PL	12,02	1.306.781	9	11,69
PSD	9,34	1.144.093	9	11,69
PP	7,54	833.221	**6**	7,8
REPUBLICANOS	4,52	477.954	3	3,9
UNIÃO	4,21	451.748	3	3,9
AVANTE	4,19	449.165	3	3,9
PSC	3,63	433.134	3	3,9
PMN	3,51	369.549	3	3,9
PATRIOTA	3,48	371.263	3	3,9
NOVO	3,21	377.651	2	2,6
MDB	2,88	315.679	2	2,6
PDT	2,77	313.735	2	2,6
PSOL	1,23	425.937	3	3,9
REDE	2,77			
PSDB	2,69	553.863	**4**	5,19
CIDADANIA	2,39			
PSB	2,23	237.429	1	1,3
PROS	2,07	219.118	1	1,3
DC	2,03	211.746	1	1,3
PODE	1,79	192.444	1	1,3
SOLIDARIEDADE	1,45	154.615	1	1,3
PTB	0,7	79.904	0	0
PMB	0,34	37.832	0	0
PRTB	0,27	29.151	0	0
UP	0,08	9.228	0	0
PCB	0,05	9.675	0	0
PSTU	0,04	5.815	0	0
PCO	0	789	0	0
TOTAL DE CADEIRAS			77	

(FONTE: Elaboração própria do autor)

QUADRO 9: Órgãos partidários do Estado de Minas Gerais e seus dirigentes.

PARTIDO	TIPO DE ÓRGÃO	NOME	CARGO	OCUPAÇÃO	SEXO	ESTADO
AGIR	ÓRGÃO DEFINITIVO	NILTON DE FREITAS PAIM	PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA REGIONAL		MASCULINO	MG
AVANTE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ALEXIS JOSE FERREIRA DE FREITAS	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
CIDADANIA	ÓRGÃO DEFINITIVO	GERALDO EUGENIO BARBOSA MANSUR	SECRETÁRIO-GERAL		MASCULINO	MG
CIDADANIA	ÓRGÃO DEFINITIVO	JOÃO VITOR XAVIER FAUSTINO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
DC	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ALESSANDRO MARQUES	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
MDB	ÓRGÃO DEFINITIVO	NEWTON CARDOSO JUNIOR	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
NOVO	ÓRGÃO DEFINITIVO	CHRISTOPHER GUIMARÃES LAGUNA	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PATRIOTA	ÓRGÃO DEFINITIVO	HÉRCULES MARQUES DE SÁ	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	FÁBIO APARECIDO MARTINS BEZERRA	SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO		MASCULINO	MG
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	PABLO LUÍS DE OLIVEIRA LIMA	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO		MASCULINO	MG
PCB	ÓRGÃO DEFINITIVO	TULIO CESAR DIAS LOPES	SECRETÁRIO POLÍTICO		MASCULINO	MG
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTONIO FERNANDO MAXIMO	SECRETÁRIO (A) DE FINANÇAS		MASCULINO	MG
PCDOB	ÓRGÃO DEFINITIVO	WADSON NATHANIEL RIBEIRO	PRESIDENTE (A)		MASCULINO	MG
PCO	ÓRGÃO PROVISÓRIO	PEDRO PAULO DE ABREU PINHEIRO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	ANTÔNIO CARLOS XAVIER DA GAMA	TESOUREIRO (A)		MASCULINO	MG
PDT	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARIO LÚCIO HERINGER	PRESIDENTE ESTADUAL		MASCULINO	MG
PL	ÓRGÃO PROVISÓRIO	DOMINGOS SÁVIO CAMPOS RESENDE	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PMB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	LUIZ PHELIPE SILVA ROCHA	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PMN	ÓRGÃO PROVISÓRIO	AGNALDO DE OLIVEIRA	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	IGOR TARCIANO TIMO	SECRETÁRIO-GERAL		MASCULINO	MG
PODE	ÓRGÃO PROVISÓRIO	NELI PEREIRA DE AQUINO	PRESIDENTE		FEMININO	MG
PP	**ÓRGÃO PROVISÓRI**	**ANTÔNIO PINHEIRO NETO**	**PRESIDENTE**	**EMPRESÁRIO**	**MASCULINO**	**MG**
PRTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	RITA DE CÁSSIA ALVES REZENDE DEL BIANCO	PRESIDENTE		FEMININO	MG
PSD	ÓRGÃO PROVISÓRIO	ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA	PRESIDENTE LICENCIADO		MASCULINO	MG
PSD	ÓRGÃO PROVISÓRIO	CASSIO ANTONIO FERREIRA SOARES	PRESIDENTE EM EXERCÍCIO		MASCULINO	MG
PSDB	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**PAULO ABI-ACKEL**	**PRESIDENTE**	**ADVOGADO**	**MASCULINO**	**MG**
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	MANOEL CIPRIANO DE OLIVEIRA	PRIMEIRO SECRETÁRIO (A)-GERAL		MASCULINO	MG
PSOL	ÓRGÃO DEFINITIVO	SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA FILHO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	GILBERTO ANTÔNIO GOMES	PRIMEIRO SECRETÁRIO		MASCULINO	MG
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	ISRAEL PINHEIRO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	ORALDO SOARES PAIVA	TESOUREIRO		MASCULINO	MG
PSTU	ÓRGÃO DEFINITIVO	VANESSA PORTUGAL BARBOSA	VICE-PRESIDENTE		FEMININO	MG
PT	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**CRISTIANO TADEU DA SILVEIRA**	**PRESIDENTE**		**MASCULINO**	**MG**
PT	**ÓRGÃO DEFINITIVO**	**EDMAR ROSA SOBRINHO**	**SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇÃO**		**MASCULINO**	**MG**
PT/PCDOB/PV	**ÓRGÃO PROVISÓRI**	**CRISTIANO TADEU DA SILVEIRA**	**PRESIDENTE**		**MASCULINO**	**MG**
PTB	ÓRGÃO PROVISÓRIO	DAVID ANTONIO ZICA	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	DANIELA CARVALHAIS DE ALMEIDA	SECRETÁRIO DE FINANÇAS		FEMININO	MG
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	HELY TARQUINIO	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		MASCULINO	MG
PV	ÓRGÃO DEFINITIVO	OSVANDER RODRIGUES VALADÃO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	ERICA OLIMPIO DA COSTA	1º COORDENAÇÃO FINANCEIRA /TESOUREIRO		FEMININO	MG
REDE	ÓRGÃO DEFINITIVO	PAULO ROBERTO LAMAC JUNIOR	1º COORDENAÇÃO GERAL/PORTA VOZ/PRESIDENTE		MASCULINO	MG
REPUBLICANOS	ÓRGÃO PROVISÓRIO	EUCLYDES MARCOS PETTERSEN NETO	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO DEFINITIVO	JOSÉ SILVA SOARES	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
SOLIDARIEDADE	ÓRGÃO DEFINITIVO	LUIZ CARLOS DE MIRANDA FARIA	SECRETÁRIO(A)-GERAL		MASCULINO	MG
UNIÃO	ÓRGÃO DEFINITIVO	MARCELO EDUARDO FREITAS	PRESIDENTE		MASCULINO	MG
UP	ÓRGÃO DEFINITIVO	POLIANA DE SOUZA PEREIRA INÁCIO	PRESIDENTE		FEMININO	MG

(FONTE: Elaboração própria do autor)

CONCLUSÕES

Tomando em base, então, os resultados analisados e obtidos a partir da coleta de dados realizada durante a pesquisa, juntamente com a leitura da bibliografia referenciada, pode-se inferir a importância dos papéis das instâncias partidárias em âmbito municipal e estadual na composição ou influência das instâncias decisórias em âmbito estadual e nacional e a partir disso. Assim, ve-se que o PT, dentre os partidos abordados, é o que mais concorreu a cargos executivos em todos os estados do Brasil, tendo um candidato candidato em pelo menos um dos cargos executivos para as eleições do último ano. Logo, em 17 estados do país (SP, MG, PR, RS, SC, RO, AM, TO, BA, CE, SE, MA, PB, PI, RN, MS e GO) o PT tinha candidatos concorrendo a governador ou vice-governador. Além disso, na região Sudeste, é o partido que mais acumula cadeiras nas Assembleias Legislativas, contando ao total com 36 cadeiras pela região. Outro dado importante, é que o PT possui diretórios definitivos em todos os estados do Sudeste, contando também com um órgão provisório de sua federação PT/PCDOB/PV) em cada estado.

Já o PSDB, fica em segundo lugar na questão das candidaturas pelo país a cargos executivos, tendo concorrido em 10 estados pelo país (SP, RJ, MG, ES, RS, SC, AM, AL, PE, PB). Percebe-se que o partido lançou essas candidaturas em todos os estados da região sudeste. Nessa mesma região, o PSDB concentra 19 cadeiras nas Assembleias Legislativas, sendo que no estado do Rio de Janeiro o partido não ocupa nenhuma cadeira na ALERJ. Além do exposto, o partido possui diretórios estaduais em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, enquanto que no Rio de Janeiro, possui um órgão provisório.

Por fim, o Progressistas é o último em relação às candidaturas ao executivo nas eleições do ano passado nos estados brasileiros, tendo concorrido a pelo menos um cargo executivo em apenas 7 estados (RS, SC, RO, RR, PI, MS, MT). Nas Assembleias Legislativas do Sudeste, o PP possui 15 cadeiras e, na mesma região, no RJ, SP e ES, possui diretórios, enquanto em MG seu órgão partidário é provisório.

Tendo isso em vista, pode-se concluir que o PT possui uma organização partidária de caráter descentralizador, visto que suas organizações partidárias oferecem autonomia aos estados, com um alto grau de organização. Dos 26 estados brasileiros, apenas em um (GO) o partido tem um órgão estadual provisório, sendo todos os outros diretórios, organizações permanentes. Além disso, ao que se pode obter de informação do perfil sociodemográfico dos dirigentes dos diretórios estaduais da região Sudeste, constata-se que no estado de São Paulo, Luiz Marinho é jornalista e já atuou como presidente do sindicato dos metalúrgicos na década de 90 e no início dos anos 2000, no mesmo sindicato em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se envolveu com a luta sindical nos anos 70. Logo, no Espírito Santo, a presidente do diretório estadual se chama Jackeline Oliveira Rocha, ela é uma ativista e política brasileira, sendo a primeira mulher negra a ocupar o cargo de deputada federal na história do ES, eleita no pleito de 2022.

Já o Progressistas, apresenta uma organização partidária com pouco autonomia estadual, concentrando o poder a nível nacional, visto que 46,15% dos órgãos do partido em todos os estados do país são formados por órgãos provisórios, ou seja, sem diretórios – diminuindo o poder de decisão subnacional. Ademais, no estado de São Paulo o líder do diretório estadual do PP chama-se Manoel Maurício Silva Neves, é um empresário e político brasileiro, ocupando o cargo de deputado federal pelo partido. Já no estado do Rio de Janeiro, o dirigente do diretório é Luiz Antonio de Souza Teixeira Júnior, conhecido popularmente como Dr. Luizinho. Luiz é médico e ocupa o cargo de deputado federal desde 2019. No Espírito Santo, o presidente do diretório é o então Policial Militar, Josias Mario Da Vitória.

Ele também é deputado federal eleito em 2022. Por último, em Minas Gerais, Antônio Pinheiro Neto, um empresário e deputado federal brasileiro.

O PSDB, por sua vez, apresenta um grau de organização alto, mas a partir de 2019 vem sofrendo uma contínua desestruturação, com o aumento de comissões provisórias e a diminuição de seus diretórios, representando um processo de centralização (Thomazini, 2021). Os dados coletados confirmam esse curso visto que de todos os estados do Brasil, apenas em 13 deles o partido apresenta diretórios estaduais, o restante possui organizações provisórias. Sobre os líderes de seus diretórios estaduais do Sudeste, no estado de São Paulo, o administrador Marco Antonio Scarasati Vinholi é quem ocupa essa posição. Já no Rio de Janeiro, Asápsia Brasileiro de Alcantara Camargo é uma professora, socióloga e política brasileira que dirige o diretório do estado. Em Minas Gerais, Paulo Abi-Ackel é um deputado federal e advogado, responsável pela liderança do diretório estadual. Por fim, no Espírito Santo o dirigente do diretório estadual é Vanderson Alonso Leite, deputado estadual e servidor público.

Por conseguinte, constata-se a grandeza do Partido dos Trabalhadores diante do cenário político e eleitoral do Brasil, ainda que tenha sofrido muito na última década o partido tem uma organização partidária alta e atuação notável. O Progressistas mantém sua posição de descendente da ditadura militar, com uma centralização do poder e políticas de direita, além de ter declarado apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. O PSDB, por sua vez, vem passando por uma centralização e desconstrução da autonomia de suas instâncias subnacionais, perdendo um pouco do seu protagonismo antes mais exercido na política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, p. 987-1013, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 14, p. 454-485, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 35, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro S.; COSTA, Valeriano M.; FERNANDES, Jean Lucas M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e

PSDB no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, p. e339614, 2018.
BRAGA, M. DO S. S.; ROMA, C. Sistema partidário, eleições e a questão federativa no Brasil (1986-2000). In: PINTO, C. R. J.; SANTOS, A. M. DOS (Eds.). . Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa. São Paulo (SP): Fundação Konrad Adenauer, 2002.
CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 65-92, 2019.
COUTO, Cláudio Gonçalves. A longa constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. Dados, v. 41, p. 51-86, 1998.
GUARNIERI, F. A Força dos Partidos "Fracos". Dados, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011.
GUARNIERI, F.; PERES, P.; RICCI, P. Os partidos no estado federativo: uma abordagem organizacional. In: RICCI, P.; TOMIO, F. R. DE L. (Eds.). Governadores e Assembleias Legislativas. São Paulo (SP): Alameda Editorial, 2017. p. 103–125.
GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; RODRIGUES, Malena Rehbein; BRAGA, Ricardo de João. A Oligarquia desvendada: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 62, p. e20160046, 2019.
JUNIOR, Arnaldo Mauerberg. A organização partidária no Brasil: o caso das comissões provisórias. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, 2013.
KINZO, Maria D.'Alva Gil. Radiografia do quadro partidário brasileiro. **Pesquisas**, n. 1, p. 1-122, 1993.
LAVAREDA, A. A Democracia nas Urnas - O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro 1945-1964. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
LEAL, V. N. Coronelismo Enxada e Voto. 7. ed. [s.l.] Companhia das Letras, 1949.
LESSA, R. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo; Rio de Janeiro: Vertice;IUPERJ, 1988.
LIMA JUNIOR, O. B. DE. Os partidos políticos brasileiros. A experiência federal e regional: 1945/64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
NETO, Fernando Augusto Bizzarro; DE SANDES FREITAS, Vítor Eduardo Veras. Organização faz diferença? Estruturas partidárias, filiados e voto em São Paulo nas eleições de 2010. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 2, n. 2, 2011.
NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. p. 85–129, 2004.
PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes, 2005.
RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 0, n. 10, p. 225–265, 2013.
___. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 52, p. 121–158, dez. 2014.
RIBEIRO, Pedro Floriano; LEVEGUEN, B. D. Elites partidárias no Brasil: dados preliminares. **UFPR, Curitiba, Seminário "Elites em diferentes escalas: teoria e metodologia no estudo de grupos dirigentes"**, 2013.
ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB* entre 1988 e 1999. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, p. 71-92, 2002.
SAMUELS, David J.; SHUGART, Matthew S. Presidents, parties, and prime

ministers: How the separation of powers affects party organization and behavior.
Cambridge University Press, 2010.
SANTOS, W. G. DOS. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica.
Dados, v. 47, n. 4, p. 729–762, 2004.
SANTANA, Luciana; DE SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras; TORRES, Monalisa.
Eleições nos estados: coordenação eleitoral e formação de palanques presidenciais em 2022.
NO BRASIL.
SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. [s.l.] Editora Campus,
1982.
THOMAZINI, Marlon Baltieri. Evolução organizativa e alternância de poder a nível estadual
no PT, PSDB e DEM entre 2010 e 2021. 2021.